

**Parecer n.º 349/2012**

**Data:** 2012.11.20

**Processo n.º 452/2012**

**Queixa de:** A

**Entidade requerida:** Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública/Comando Distrital de Viana do Castelo

## **I - Factos e pedido**

1. Em 4 de setembro de 2012, A solicitou ao Comandante Distrital da Polícia de Segurança Pública/Comando Distrital de Viana do Castelo *“cópias de todos os autos levantados a veículos estacionados em frente ao nº 84, na Rua do Gontim, em Viana do Castelo, por infracções cometidas até às 9h30m do dia 13-06-2012”*.
2. Na falta de resposta, em 8 de outubro de 2012, apresentou queixa à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).
3. Convidada a pronunciar-se a entidade requerida, em 19 de outubro de 2012, informou a CADA do seguinte:

*“[...]”*

*3. Mais se informa que o requerimento surge relacionado com o ANCO n.º 967559499, por estacionamento indevido, em que a requerente é arguida;*

*4. Em face do que precede, nos termos dos n.ºs 1 e 2, do artº 2, do Decreto-Lei n.º 77/2007, de 29 de Março, e mais recentemente no âmbito do Compromisso Eficiência, nos termos dos n.ºs 1 e 2, do artº 2º, do Decreto Regulamentar nº 28/2012, de 12 de Março (Missão e Atribuições da ANSR), cumprindo o constante no artº 14.º, n.º 1, al. d), da Lei nº 46/2007, de 24 de Agosto, e atendendo a que os documentos requeridos foram enviados para a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, entidade com competência Processual na matéria em questão, foi o requerimento remetido a essa entidade, com conhecimento à requerente, através do N/ Ofício 265/SEC/2012, de 11 de Setembro, conforme cópia que se junta”.*

Em anexo juntou cópia de ofício, dirigido à Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), com conhecimento à requerente, no qual se refere o seguinte:

*“Para conhecimento de V. Ex.ª e devidos efeitos, junto se envia cópia de uma carta recebida nesta Polícia e relacionado com o Auto de Contra Ordenação nº 967559499”.*

4. Contactada telefonicamente a entidade requerida confirmou a existência, na sua posse, de cópias dos autos requeridos, que deram origem a processos de

contraordenação cuja tramitação corre junto da ANSR, desconhecendo se os mesmos estão em curso ou concluídos.

## II - Apreciação jurídica

1. A entidade requerida está sujeita à Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), alínea a), n.º 1, artigo 4.º.

Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.

2. O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º nos termos do qual “[t]odos, *sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.*”

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome, artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão n.º 0758/11 do Supremo Tribunal Administrativo, de 31 de agosto de 2011, “[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

Nestes termos, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer justificação ou fundamentação.

O artigo 6.º identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- Quando se trate de documentos nominativos (n.º 5);
- Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.º s 1, 2, 3, e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à

imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado<sup>1</sup>.

3. Documentos administrativos nominativos são aqueles que contêm “*acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada*” (alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º).

Pode aceder a tais documentos o titular da informação constante dos mesmos.

Tratando-se de um terceiro o acesso só é permitido se o mesmo “*estiver munido de autorização escrita da pessoa a quem os dados digam respeito ou demonstrar interesse directo, pessoal e legítimo suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade*” (n.º 3 do artigo 2.º, e n.º 5 do artigo 6.º).

É entendimento da CADA que são de classificar como documentos nominativos os que revelam dados do foro íntimo de um indivíduo, como por exemplo os seus dados genéticos, de saúde, ou os que se prendem com a sua vida sexual, os relativos às suas convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias, ou sindicais, os que contêm opiniões sobre a pessoa, e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir-se numa invasão da reserva da intimidade da vida privada.

Os documentos sujeitos a restrições de acesso “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (artigo 6.º, n.º 7).

4. Está em causa o acesso a autos de notícia levantados a veículos.

Tais documentos não conterão informação reservada.

Informação como o nome, a morada<sup>2</sup>, a matrícula da viatura, a hora e local da infração ou o número dos documentos de identificação, não é nominativa.

Assim, em princípio, os autos, contendo as informações mencionadas, consubstanciam documentos não nominativos, de acesso livre e generalizado, aos quais todos podem aceder sem necessidade de justificar ou fundamentar o pedido.

5. Nos termos do artigo 14.º, n.º 1, alínea d), a entidade requerida deve comunicar quais as informações que não possui ou detém e remeter o pedido para as entidades que as detenham, “*com conhecimento ao requerente*”.

---

<sup>1</sup> Cfr. J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra, 2005, p. 430.

<sup>2</sup> Sobre o acesso a informações como o nome e a morada, cfr, entre outros, o Parecer da CADA n.º 199/2012, disponível em [www.cada.pt](http://www.cada.pt) tal como os adiante citados.

Na situação presente, a entidade requerida remeteu à ANSR (com conhecimento à requerente) cópia do pedido que lhe foi dirigido pela requerente, uma vez que “os documentos requeridos foram enviados” para aquela entidade, onde tramitam os processos de contraordenação por infrações ao Código da Estrada.

No entanto, conforme informação da entidade requerida, existem na sua posse cópias dos autos solicitados.

E é doutrina da CADA que detendo a entidade requerida o documento a que o requerente pretende aceder, tem o dever de o facultar, sendo irrelevante que uma outra qualquer entidade pública também o detenha (alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º).

Neste sentido se pronunciou o Acórdão do Tribunal Geral da União Europeia (Segunda Secção), proferido em 19 de janeiro de 2010, que considerou que «o legislador comunitário, com a adopção do Regulamento n.º 1049/2001, aboliu designadamente a regra do autor que prevalecia até então [...]».

No mesmo sentido, o Acórdão do STA de 12 de maio de 2010, Processo n.º 0169/10, afirma que “a circunstância de a lei prever que uma certa entidade proceda à recepção, registo e divulgação de dados (...) não acarreta a incompetência de outros serviços públicos para prestarem informações a partir de elementos que possuam nos seus acervos documentais”.

Assim, cabe à entidade requerida decidir sobre o acesso aos documentos requeridos (os autos referidos pela requerente) que detenha ou possua.

6. Uma vez que tais autos integram processos de contraordenação, as condições de acesso aos mesmos são distintas, consoante os processos que integram se encontram, ou não, concluídos, circunstância que a entidade requerida deve apurar.
7. Nos termos do artigo 132.º do Código da Estrada (CE), “[a]s contra-ordenações rodoviárias são reguladas pelo disposto no presente diploma, pela legislação rodoviária complementar ou especial que as preveja e, subsidiariamente, pelo regime geral das contra-ordenações”.

Dos artigos 169.º e seguintes do CE, respeitantes ao processamento das contraordenações rodoviárias, não consta qualquer norma sobre o acesso aos processos, aplicando-se, subsidiariamente o Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social.

Sobre o acesso a processos de contraordenação a CADA já se pronunciou<sup>3</sup>, tendo referido que enquanto estes se encontram em curso o acesso regula-se pelas

---

<sup>3</sup> Cfr., entre outros, os Pareceres n.ºs 32/2008, 153/2008, 247/2008, 303/2008, 222/2009 e 39/2010.

disposições do Código de Processo Penal (artigo 41.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro).

Quando se encontrar concluído reger-se-á pela LADA.

Sobre o segredo de justiça nos processos de contraordenação poderá consultar-se o Parecer do Conselho Consultivo da PGR n.º 84/2007, de 28 de fevereiro de 2008<sup>4</sup>.

Os processos contraordenacionais estão concluídos:

- a) Em caso de arquivamento;
- b) Se não houver impugnação judicial, nos prazos legais; ou,
- c) Havendo impugnação, quando transitada a decisão judicial.

8. Assim, deve a entidade requerida, ao abrigo da LADA, facultar o acesso aos autos requeridos que integrem processos de contraordenação concluídos.

O acesso aos autos que integrem processos de contraordenação não concluídos deve ser apreciado e decidido pela entidade requerida atento o quadro legal citado, nomeadamente as disposições do CE, do Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social e do Código do Processo Penal.

### **III - Conclusão**

Face ao exposto, deve ao abrigo da LADA ser facultada cópia dos autos que integrem processos de contraordenação concluídos.

Comunique-se.

Lisboa, 20 de novembro de 2012

David Duarte (Relator) - Pedro Delgado Alves - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Artur Trindade - Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)

---

<sup>4</sup> Publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 68, de 7 de abril de 2008, páginas 15223 e seguintes.